

ALTERNATIVO(A) E CONTRA-HEGEMONIA NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE SENTIDOS DENTRO DA LÓGICA HEGEMÔNICA: UMA ANÁLISE SOBRE A NARRATIVA DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NOS *MEDIA*.

Albertina Vieira de Melo Gomes OLIVEIRA ¹

RESUMO

A presente pesquisa analisa a relevância da produção de sentidos por meio das narrativas jornalísticas permeadas pelo discurso hegemônico, contra-hegemônico e com características de perspectiva de gênero. O objetivo foi entender de que forma ocorre a representação da mulher pelos *media*, especialmente em casos de violência política de gênero, de forma a observar como as subjetividades presentes nos discursos hegemônicos se sobrepõe à representação da atuação da mulher na esfera pública. Por meio da Análise de Conteúdo e Análise Comparativa o *corpus* composto por notícias de 5 sites diferentes sobre o mesmo acontecimento, foi possível perceber que 4 dos cinco veículos reproduzem a lógica dominante em suas notícias e apenas um (Amazônia Real) apresenta discurso contra-hegemônico e com características de perspectiva de gênero. Dito isso, é relevante afirmar que as subjetividades inerentes à lógica hegemônica permitem e naturalizam a banalização de violências contra as mulheres assim como reproduzem disparidades de gênero e subjetivação do não pertencimento dessa mulher no espaço público, ao passo que se torna cada vez mais relevante a presença de iniciativas contra-hegemônicas como forma de fratura social e cultural na subjetivação da imagem da mulher na arena pública.

PALAVRAS-CHAVE: hegemonia; contra-hegemonia; violência política de gênero; gênero; subjetividade.

¹ Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia pelo PPGCom – UFPA. Mestra em Comunicação e Sociedade pela UFT. Integrante do grupo de pesquisa COMPOA-UFPA, Ecoaras-UFPA e CODIG-UFT. Pesquisadora plena no LEGAL – Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal. Bolsista Capes. E-mail: tina.vieirademelo@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presença masculina em posições de poder está intrinsecamente ligada à questão cultural imposta pela lógica hegemônica. O esvaziamento feminino da arena pública se deve, em muito, pela presença constante da esfera privada como local de esteio da figura feminina. Essa conjuntura reforça a reprodução e a normalização das desigualdades e disparidades nas diversas arenas, conquanto evidenciem o fortalecimento e crescimento do pensamento hegemônico, especialmente no âmbito sociopolítico. Dessa forma, é relevante o pensamento crítico de forma a promover estranhamento e tensionamento em relação à representatividade da mulher dentro dessa dicotomia.

O conceito de gênero pode e deve ser dissociado da lógica binária e biológica, uma vez que gênero está amplamente relacionado às relações sociais e às definições de funções nas construções sociais. Ademais, é relevante pensar a interseccionalidade de gênero, reconhecendo que as experiências relacionadas à essa dimensão são profundamente influenciadas por outras formas de opressão, tais como raça, classe social, orientação sexual, entre outros. Nesse sentido, o gênero ocupa um lugar central na análise das relações de poder, das disparidades e das lutas por justiça social, na medida em que tais fenômenos são intrinsecamente entrelaçados.

O poder simbólico, conceituado por Bourdieu (2010), trata da imposição e naturalização das crenças e valores dominantes, dessa forma, predispõe-se a invisibilização das classes dominadas em detrimento da apreensão dos valores dominantes. Esse ciclo é um poderoso mecanismo social de controle e manutenção de poder. Ainda de acordo com Bourdieu, o poder simbólico pode ser atribuído à capacidade de influenciar e moldar percepções, valores e comportamentos por meio de símbolos, discursos e práticas culturais. A ordem simbólica, dessa forma, está instaurada no âmbito e nas representações sociais.

Contreras Baspineiro (2014, p.30) a respeito da subjetividade do discurso afirma:

Sendo o discurso político o elemento articulador entre o poder representado pelo Estado e suas organizações, é preciso enriquecê-lo com as vozes que vêm da sociedade mobilizada por seus direitos de cidadão, bem como com as vozes de seu ambiente natural. Assim levantada a questão, a Comunicação para o Bem Viver assume as feições da comunicação política entendida como uma disciplina que busca mobilizar os cidadãos para vencer as “batalhas por significado” sobre o que é e deveria ser boa ordem

Ainda de acordo com o autor, no campo do poder simbólico conceituado por

Bourdieu, cita:

[...] “o sentido da comunicação faz sentido como dimensão política da participação, num processo em que a produção e o reconhecimento de discursos se encontram — e geram, ao mesmo tempo a trama do campo político ou o espaço de encontro e encontro entre diferentes atores envolvidos em um mesmo fenômeno, expondo suas propostas políticas, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, na política correlacionada com a construção da hegemonia. (Contreras Baspineiro, 2014, p. 30)

Sobre a construção da hegemonia, Gruppi (2000), cita que para Gramsci hegemonia é a liderança ideológica e cultural de uma classe sobre as demais, delineada pelo poder e pela capacidade de definir o consenso nas arenas sociais. De acordo com De Moraes (2010), a construção contemporânea da hegemonia baseia-se cada vez mais em disputas ideológicas e culturais, que influenciam e condicionam o imaginário social, bem como orientam a compreensão da sociedade. Nesse sentido, os meios de comunicação desempenham um papel relevante como difusores de ideias e ideais hegemônicos.

Portanto, é pertinente afirmar que a hegemonia se estabelece no contexto das tensões de gênero, promovendo estranhamento e afastamento.

Assim, este artigo se propõe a analisar a representação da mulher pelos *media*, especialmente em casos de violência política de gênero, em cinco veículos de notícias distintos, com o objetivo de observar como as subjetividades inerentes ao discurso hegemônico se sobrepõe à representação da atuação da mulher na esfera pública.

JUSTIFICATIVA

Gramsci afirma que os *media* são aparelhos privados de hegemonia, responsáveis por disseminar ideias e ideais que se amalgamam ao imaginário social, configurando uma realidade condizente com os interesses da classe dominante e do capital, destarte, eles detêm o poder de estabelecer consensos em relação às ideias hegemônicas.

A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica. (Gramsci, 1999, p.320)

Ainda nesse contexto, torna-se pertinente compreender como o conceito de hegemonia pode ser aplicado aos interesses das classes e de que forma uma mídia contra-hegemônica pode influenciar a percepção social, especialmente no que tange à questão de gênero.

Destarte, é possível apreender a implicância das representações perpetuadas pelos veículos de comunicação, bem como a forma que esses meios podem constituir poderosas ferramentas para a construção de uma comunicação e jornalismo que adotem uma perspectiva de gênero em suas publicações.

Entretanto, é preciso considerar que tais dinâmicas estão intrinsecamente relacionadas aos tensionamentos sociais, à rigidez das classes e à perda de espaço por parte de determinados grupos, fatores que propiciam a instauração da hegemonia. Nesse contexto, os meios de comunicação, enquanto aparelhos hegemônicos privados, exercem considerável influência nas disputas entre as classes.

A concepção de comunicação na perspectiva de gênero permeia os estudos sobre hegemonia e contra-hegemonia, na medida em que busca ampliar a compreensão da influência do gênero no contexto jornalístico, sendo gênero uma categoria de análise, uma vez que a hegemonia repele do discurso propagado o que não é de seu interesse. Dito isso, torna-se relevante para este estudo identificar um veículo de comunicação que aborde a notícia selecionada de forma contra-hegemônica e com perspectiva de gênero.

Cabe ao jornalismo oferecer um espaço democrático para as mulheres, proporcionando-lhes igualdade de oportunidades para expressar suas vozes e serem representadas de maneira justa, reconhecendo-as como cidadãs e fontes de notícias que afetam a humanidade como um todo.

No que diz respeito à representação das mulheres pela grande mídia, é essencial a observação e normatização de estratégias que possibilitem acabar com as constantes notícias que culpabilizam, revitimizam, descredibilizam, reforçam estereótipos e exponham de forma desnecessária as mulheres vítimas de quaisquer formas de violências.

No tocante à mulher, enquanto ser imerso nos papéis sociais estabelecidos pela dicotomia público-privada imposta pelo patriarcado, é fundamental que elas sejam reconhecidas como "pessoas das notícias" veiculadas pela mídia. Vale ressaltar que a presença das mulheres como pessoas das notícias deve ser avaliada também sob a perspectiva de fontes de informações especializadas ou não, propiciando ecoar as vozes das mulheres no exercício de suas profissões e não apenas como meras participantes do ambiente privado

Quando as notícias são produzidas de acordo com os princípios do jornalismo

tradicionalista e hegemônico, as fontes e as "pessoas das notícias" (geralmente homens) se naturalizam como sujeitos confiáveis, tornando-se as únicas opções socialmente aceitas para a obtenção de informações críveis. Uma das chaves para a construção da perspectiva de gênero no jornalismo é incluir mulheres como fontes de notícias, especialmente aquelas que ocupam espaços públicos, de modo a projetá-las socialmente como indivíduos "confiáveis" para a obtenção de informações.

Ademais, a lógica construtiva de um jornalismo na perspectiva de gênero avança primeiramente no processo de pautar e produzir a notícia, mas também, nos profissionais que estão envolvidos dentro da redação dos veículos. É cada vez mais necessário um corpo profissional equilibrado e diversificado, do ponto de vista da presença masculina e feminina. As questões de gênero precisam ser atravessadas e trabalhadas de forma transversal dentro das notícias publicadas pelos veículos, trata-se de uma construção na base profissional dos veículos, que ressoará na forma como as notícias serão produzidas e veiculadas.

No sentido de produzir um jornalismo pautado na perspectiva de gênero, Moreno (2012) argumenta que a imprensa desempenha um papel crucial na desconstrução de expectativas restritivas atribuídas às mulheres, evitando retratá-las de forma que as diminua, trivialize ou as explore, como no caso de rotulá-las como "mãe de seis filhos", "mulher de fulano" e etc. Partindo do pressuposto que os *media* "ensinam" e moldam a realidade, é relevante observar o que afirma Gramsci (1999) acerca do caráter pedagógico da hegemonia:

Toda relação de "hegemonia" é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (Gramsci, 1999, p. 399)

Dito isso, concernente ao contexto hodierno, está a implicância e relevância da presença de intelectuais tradicionais ou orgânicos dentro das classes sociais, de forma a promover o acesso ao conhecimento como ato de libertação e resistência.

No que diz respeito à representação e apreensão pedagógica propiciada pelos *media*:

Da instância pedagógica cultural representada pela mídia, o jornalismo é um dos principais articuladores da produção dos saberes cotidianos que orientam a (e se orientam na) cultura. A função pedagógica do jornalismo pode ser percebida na reprodução e circulação do acervo dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos na contemporaneidade. Sua função "educativa" se traduz, sobretudo, pela necessidade de "explicar" o mundo sempre baseado na "verdade" e fazendo uso de recursos técnicos e humanos capazes de ilustrarem esses saberes gerando significados (Veiga da Silva, 2010, p.34)

Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire evoca a relevância do papel do saber na construção da hegemonia, não apenas o saber corriqueiro, o saber simbólico propiciado pelos intelectuais, e de que forma esse saber pode estar amalgamado ao inconsciente e o perigoso “saber” proposto pelos meios de comunicação.

[...] o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual se encontra sempre o outro (Freire, 1967, p.58).

Nesse sentido, o saber é uma porta de entrada para poucos no ambiente hegemônico constituído com base nas relações classistas e sociais. Conforme cita Freire, a dominação está preceituada no princípio da ignorância, não a do “saber” no conceito pedagógico, mas naquela que é adquirida de forma subjetivada da realidade.

Na lógica da manutenção da continuidade e da tradição, Gramsci (1972) afirma que a continuidade tende a criar uma tradição (no sentido ativo) que nada mais é do que a própria continuidade em constante desenvolvimento, porém, um desenvolvimento orgânico. Dessa forma, continuidade e tradição se compõem como um problema de educação das massas, embricadas e direcionadas às exigências hegemônicas. (Gramsci, 1972, p. 120). Ainda de acordo com o autor, é exatamente essa a função do direito no Estado, uma vez que é por meio dele que o Estado atrela o hegemônico à classe dominante (aquela que detém o conhecimento?) e dessa forma cria uma linha de raciocínio de acordo com os interesses desse grupo dominante.

É possível concatenar nas ideias de Freire e Gramsci que a apreensão do saber, do conhecer e do pensar está efetivamente ligada à presença de intelectuais tradicionais, atuantes em ambas as classes (dominante e dominada), no entanto, com respaldo e propagação de conhecimento na classe hegemônica. Sendo assim, o saber torna-se uma das formas de dominação, é quando a fratura social fica exposta de forma clara, quem “conhece” manda e quem não “conhece” replica o que é consenso.

Sobre o papel da imprensa nesse modelo pedagógico de consensuar, Gramsci afirma:

La prensa es la parte más dinámica de esta estructura ideológica, pero no la única. Todo lo que influye o puede influir sobre la opinión pública directa o indirectamente compete: a las bibliotecas, las escuelas, los círculos y clubs de diferentes clases, hasta a la arquitectura, a la disposición de las calles y a los nombres de las mismas. (Gramsci, 1972, p.128)

É necessário analisar também a força social dessas instituições, símbolos e aparelhos que promovem a manutenção hegemônica na sociedade. Exatamente neste sentido, observância e oportunização de vozes dissonantes da classe oprimida, pensando que nela também há intelectuais tradicionais e orgânicos capazes de oferecer uma nova perspectiva sociocultural sobre a realidade. Ainda no que se relaciona à classe oprimida, é relevante jogar luz sobre a presença cindida e descolada da mulher dentro do ambiente público, proporcionando a elas um espaço para discussão de pautas que estejam ligadas aos seus interesses, uma vez que a ausência de mulheres em posições de poder emana práticas, políticas públicas e leis que não foram pensadas para elas e sim para o retrato do que é o hegemônico, o homem branco.

Nesse contexto, o presente estudo visa analisar a representação das mulheres nas notícias selecionadas para o *corpus*, especialmente casos de violência política de gênero em cinco veículos de notícias distintos, com intuito de verificar se as subjetividades do discurso hegemônico estão embricadas à narrativa do acontecimento ou se algum dos veículos adota uma perspectiva contra-hegemônica e por sua vez, com perspectiva de gênero, sobre o acontecimento.

BREVE HISTÓRICO DOS VEÍCULOS

Serão analisados cinco veículos que publicaram a mesma notícia, todos os veículos estão dentro da região da Amazônia Legal, mais especificamente no estado do Amazonas, cidade de Manaus. Os veículos foram escolhidos após busca ativa na internet a partir de palavras que estavam ligadas ao acontecimento noticiado. É relevante citar que a escolha do Amazônia Real foi proposital, uma vez que é intenção deste estudo averiguar a presença de jornalismo na perspectiva de gênero e jornalismo contra-hegemônico.

O primeiro veículo escolhido foi o Amazônia Real², uma organização sem fins lucrativos que administra um site de jornalismo independente e investigativo criado pelas jornalistas Kátia Brasil e Elaize Farias em 20 de outubro de 2013. O Amazônia Real tem sede em Manaus e se descreve como um veículo que dá visibilidade às populações e questões da Amazônia, também descreve a sua linha editorial como: voltada para a defesa da democratização da informação, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e dos direitos humanos. O site afirma que defende a equidade, igualdade, diversidade e combate

² Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/>.

todas as formas de violências de gênero. O site deixa claro em sua descrição que não aceita anúncios.

O BNC³ (Brasil Norte Comunicação) se descreve como um site especializado em política, focado na cobertura de fatos e bastidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Foi fundado em 18 de setembro de 2015 pelo jornalista Neuton Corrêa, que atua na área da comunicação social desde o ano de 1988, o BNC possui sede própria em Manaus-AM. Na página do veículo há uma aba específica para contato de anunciantes.

O Laranjeira News⁴ foi fundado em 27 de junho de 2019, se descreve como um site voltado para cobertura de temas como: política, sociedade, diversidade e meio ambiente. Sob a liderança do jornalista político Garcia Junior, o Laranjeiras News difunde como lema – "Tudo que interessa, nada além da verdade". Ainda de acordo com informações do site, a plataforma fortaleceu sua linha editorial, preservando sua identidade de independência e equilíbrio, essencial para uma efetiva manutenção social dos assuntos de interesse coletivo. As informações acima foram solicitadas via aplicativo de mensagens *Whatsapp*, uma vez que no site não havia uma aba específica com a história do Laranjeiras News. Na estrutura do site é possível perceber a presença de publicidade, apesar de não estar explícita a captação para esse fim.

O Poder⁵ é um site que pertence à Rede Norte Digital, tem sede própria em Manaus-AM. Não existe no site uma aba específica para falar a respeito da história de O Poder, também não há um local específico para entrar em contato com a página. No site é possível perceber a presença de grande quantidade de publicidade, inclusive governamental.

O Convergente⁶ não apresenta no site informações sobre a história do veículo, foi enviado e-mail solicitando informações, no entanto, o endereço eletrônico disponibilizado no site não é válido, por isso, não houve resposta. Pelo Instagram do Portal é possível verificar que ele atua nos estados do Amazonas, Roraima, Pará e Acre. Também é possível perceber a presença de publicidade na página.

METODOLOGIA

As notícias selecionadas foram coletadas no mesmo dia em 5 veículos diferentes, todos com sede na região da Amazônia Legal, especificamente no estado do Amazonas, na

³ Disponível em: <https://bncamazonas.com.br/>.

⁴ Disponível em: <https://laranjeiras.news/>.

⁵ Disponível em: <https://opoder.com/>.

⁶ Disponível em: <https://oconvergente.com.br/>.

cidade de Manaus. Os sites de notícia escolhidos foram: Amazônia Real, Brasil Norte Comunicação - BNC, Laranjeiras News, Poder e O Convergente, as notícias foram publicadas entre os dias 23 e 25 de maio de 2022.

Dentre os escolhidos, é necessário destacar que o portal Amazônia Real se propõe a trabalhar com discurso alternativo – contra-hegemônico, os demais não sinalizaram tal escolha. Dessa forma, como citado na justificativa, é intenção desta pesquisa verificar de que forma as subjetividades dos discursos hegemônicos se sobrepõe à representação da atuação da mulher na esfera pública, sendo a alternativa contra-hegemônica um contraponto para comparação.

A metodologia escolhida para analisar as notícias foi a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), uma vez que o estudo se preocupa majoritariamente com uma análise qualitativa do *corpus*, não deixando de abordar o corpus quantitativamente. Dito isso, foi feito o *download* das matérias em formato pdf de cada um dos 5 sites de notícias. Também foi realizada análise comparativa dos resultados encontrados com base em Fachin (2001, p.40)

[...] investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças. Geralmente, o método comparativo aborda duas séries ou fatos de natureza análoga, tornados de meios sociais ou de outra " e a do saber, a fim de se detectar o que é comum a ambos.

O percurso metodológico proposto analisou especificamente características de jornalismo hegemônico, contra-hegemônico e perspectiva de gênero nas notícias e buscou entender se em alguma delas houve revitimização, exposição, ridicularização e reprodução de estereótipos das mulheres envolvidas no episódio de violência política de gênero, uma vez que são práticas comuns no jornalismo tradicional e sem perspectiva de gênero. Analisou também quem foram as pessoas das notícias, quem foram as fontes das notícias e qual foi o discurso utilizado na matéria jornalística e a autoria das notícias.

Para isso, após leitura flutuante e definição das categorias, optou-se por analisar cada veículo de forma separada e posteriormente realizar a análise comparativa.

As categorias temáticas selecionadas após a leitura flutuante foram: “Tipificação da violência”, “Pessoas das notícias”, “Linguagem hegemônica”, “Perspectiva de gênero” e “Autoria”. Para que haja melhor apreensão do que foi analisado em cada categoria, segue uma breve explicação:

- A **violência política de gênero** pode ser definida, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, como a agressão física, psicológica,

econômica, simbólica ou sexual contra a mulher, com a finalidade de impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas e/ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade⁷.

- **Pessoas das notícias** busca oferecer uma percepção sobre quem são as pessoas que estão presentes nas notícias, assim como a presença de fontes, observando o gênero e a qualidade da fonte, se especializada ou comum.
- **Linguagem Hegemônica** pode ser entendida como aquela que reproduz o padrão tradicional do jornalismo, com a presença de estereótipos de gênero, de vitimização, revitimização, descredibilização e desacreditação.
- **Perspectiva de gênero** está ligada a forma como a mulher é retratada nas notícias, se há preocupação com a imagem construída na narrativa, se existe linguagem contra-hegemônica e se a notícia fala sobre a importância da denúncia em casos de violências.
- **Autoria** visa observar se a notícia está assinada e qual o sexo da pessoa que a escreveu, para então, pensar e problematizar a respeito do que foi dito e como foi dito no texto.

As notícias selecionadas e analisadas têm como títulos: “Vereadoras sofrem violência política de gênero na Câmara Municipal de Lábrea”⁸, “Quatro vereadoras denunciam colega por misoginia e autoritarismo”⁹, “Vereador do município de Lábrea é denunciado por misoginia e autoritarismo”¹⁰, “Vereadoras de Lábrea travam guerra pelo comando da Câmara”¹¹ e “Sessão para escolha de presidente da Câmara de Lábrea tem tumulto, boicote a candidatura de chapa feminina e esvaziamento de plenário”¹².

ANÁLISE

As notícias veiculadas por cada site de notícias foram analisadas, categorizadas e codificadas de forma separada para oferecer um panorama mais amplo sobre cada texto.

⁷ Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-politica-de-genero/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

⁸ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/vereadoras-sofrem-violencia-politica-de-genero-na-camara-municipal-de-labrea/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

⁹ Disponível em: <https://bncamazonas.com.br/municipios/quatro-vereadoras-denunciam-colega-por-misoginia-e-autoritarismo/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://laranjeiras.news/noticia/36965/vereador-do-municipio-de-labrea-e-denunciado-por-misoginia-e-autoritarismo>. Acesso em: 02 jul. 2023.

¹¹ Disponível em: <https://opoder.com/legislativo/vereadoras-de-labrea-travam-guerra-pelo-comando-da-camara/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

¹² Disponível em: <https://oconvergente.com.br/2022/05/18/sessao-para-escolha-de-presidente-da-camara-de-labrea-tem-tumulto-boicote-a-candidatura-de-chapa-feminina-e-esvaziamento-de-plenario/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

A primeira análise diz respeito à codificação na notícia do Amazônia Real, com o título “Vereadoras sofrem violência política de gênero na Câmara Municipal de Lábrea”, o veículo já deixa evidente para quem lê a notícia, de que o que houve com as mulheres na Câmara de Vereadores de Lábrea foi um episódio de violência política de gênero. Ao fazer uma leitura mais atenta da notícia é possível perceber que houve preocupação em construir uma notícia contextualizada e com fundamentação, não apenas de caráter factual. Dessa forma, a notícia tipificou no corpo do texto o conceito de violência política de gênero, explicando ao leitor que o episódio não se tratava apenas de mais um caso de machismo ou misoginia. As mulheres eram as pessoas das notícias, juntamente com o presidente da Câmara e com um vereador que apoiou a candidatura da chapa feminina. Houve a utilização de fontes femininas especializadas, as próprias vereadoras foram ouvidas, assim como também foi ouvida uma historiadora e feminista. A notícia mencionou a nota de repúdio emitida pelo Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres - CEDIM-AM, mas não se pautou por ela. Não houve reprodução de estereótipos ou revitimização e características de perspectiva de gênero estiveram presente no texto, como por exemplo: tipificação correta da violência, sem estereótipos de gênero, sem revitimização e problematização das violências com chamada para os canais de denúncia. A autoria da notícia é feminina.

No que concerne à correta tipificação das violências:

Violence against women in politics, we contend, is a subset of violence against women and is slightly distinct from violence against women in elections. Whereas the latter includes acts during electoral periods directed at women as candidates, voters and activists, violence against women in politics is perpetrated against female politicians, during electoral campaigns but also afterwards as women assume political positions. It is vital to recognize at the outset that in all states candidates and elected officials do and should face criticisms and challenges related to their policy ideas and performance. Freedom of expression, moreover, is a central element in a healthy democratic society. However, we argue, certain behaviors “cross the line” from free speech to violence when they are directed at women as women with the purpose of leading them to withdraw from politics. As such, while inflicted on a particular woman, these actions are, in effect, directed at all women¹³. (Krook; Sanín, 2016, p. 136).

¹³ Tradução: A violência contra as mulheres na política, afirmamos, é um subconjunto da violência contra as mulheres e é ligeiramente diferente da violência contra as mulheres nas eleições. Enquanto esta última inclui atos durante os períodos eleitorais dirigidos às mulheres como candidatas, eleitoras e ativistas, a violência contra as mulheres na política é perpetrada contra mulheres políticas, durante as campanhas eleitorais, mas também posteriormente, quando as mulheres assumem cargos políticos. É vital reconhecer desde o início que em todos os estados os candidatos e os representantes eleitos enfrentam e devem enfrentar críticas e desafios relacionados a suas ideias políticas e desempenho. A liberdade de expressão, além disso, é um elemento central em uma sociedade democrática saudável. No entanto, argumentamos, certos comportamentos “cruzam a linha” da liberdade de expressão para a violência quando são direcionados às mulheres como mulheres com o objetivo de levá-las a se retirarem da política. Assim, embora infligidas a uma mulher em particular, essas ações são, na verdade,

A descrição e nomeação do acontecimento perpassa o processo construtivo da notícia e permite que, pela leitura, sejam apreendidas e subjetivadas as implicações dispostas dentro da notícia, especialmente quando ela se contrapõe à lógica hegemônica. O fato de não banalizar ou normalizar a violência sofrida no ambiente público, permite que mais mulheres tenham acesso justo e democrático à esfera política e sejam reconhecidas como integrantes dessa arena.

Dessa forma, pode-se entender a produção da notícia veiculada pelo Amazônia Real como sendo contra-hegemônica, uma vez que o texto jornalístico expõe caráter alternativo ao propagado pelos meios tradicionais.

Compreende-se a mídia alternativa a partir do seu caráter contra-hegemônico e dos parâmetros diferenciados dos meios tradicionais no que se refere às suas formas de produção, circulação e consumo, assumindo características próprias. Em outros termos, está se considerando mídia alternativa a produção de grupos e movimentos sociais, que criam canais de resistência e promoção de lutas através dos seus espaços de comunicação, em diferentes suportes (Woitowicz; Pedro, 2010, p. 3).

De acordo com a citação acima, é válido afirmar que a construção da notícia está permeada pela crítica, pela fratura com a normalização sexista e abrange uma perspectiva mais resistente à forma tradicional de se fazer jornalismo. Essa ação contrária, quase que como uma revolta comunicacional, se dá pela necessidade de alguns veículos em se contraporem à lógica dominante, de modo a refutarem a normalização de violências e disparidades.

A segunda análise diz respeito à codificação da notícia veiculada pelo site BNC com o título “Quatro vereadoras denunciam colega por misoginia e autoritarismo”. No título da matéria já é possível perceber a tipificação incorreta do acontecido, apesar de no subtítulo afirmar que o então presidente da Câmara evitou que as vereadoras disputassem a presidência, o que sugere violência política de gênero. Na publicação é possível perceber o caráter factual da notícia, que se ateu apenas ao episódio e não contextualizou as leitoras (es) sobre as demais informações relevantes para uma percepção subjetiva. Como pessoas da notícia figuraram ambos os gêneros, não houve a utilização de fontes especializadas ou comuns, uma vez que o site se pautou quase que exclusivamente pela nota de repúdio da CEDIM-AM. Pelo fato de não tipificar a violência da forma correta, não oportunizar as mulheres a falarem sobre o acontecido, pela notícia pautada pela nota de repúdio e pela ausência da conscientização

dirigidas a todas as mulheres.

sobre os canais de denúncia, percebe-se características de linguagem hegemônica e não há presença de características de perspectiva de gênero na notícia. A autoria da notícia é masculina.

Ironicamente, as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade dos media, e que se desenvolveram a partir de um anseio de maior neutralidade profissional, servem também para orientar poderosamente os medias nas “definições da realidade social” que as suas “fontes acreditadas” – os “portavozes” institucionais – fornecem. [...] Deste modo, os media tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. (Hall *et al.*, 1999, p. 229).

Isto posto, é necessária a observação da subjetividade do profissional para que a notícia não se torne “mais do mesmo” ou para que ela seja uma alternativa para minar a naturalização hegemônica, tampouco que traga consigo conceitos enviesados da pessoa que escreveu a notícia.

A terceira análise diz respeito à codificação da notícia veiculada pelo site Laranjeiras News com o título: “Vereador do município de Lábrea é denunciado por misoginia e autoritarismo”. Da mesma forma que o veículo anterior, o título não tipifica a violência sofrida da forma correta, uma vez que também se pautou pela nota de repúdio emitida pela CEDIM-AM. A nota fala em autoritarismo e machismo, no entanto, é natural de um veículo comprometido com manutenção da lógica hegemônica que a violência não seja corretamente tipificada. O texto apresentado no site é curto, quase uma reprodução literal da nota de repúdio. Não há utilização de fontes comuns ou especializadas, ambos os gêneros são pessoas das notícias. Não há contextualização ou menção a respeito da importância de denunciar as violências contra as mulheres. A autoria é masculina.

As características pessoais e os atributos de gênero tanto dos jornalistas quanto das notícias a eles associadas davam pistas de que os valores culturais, pessoais e profissionais praticamente se embaralhavam e serviam de pano de fundo em grande parte das escolhas no processo de produção das notícias. Em minhas observações, ao longo do tempo, ia ficando cada vez mais claro que gênero era constituinte não só das pessoas, mas também das notícias e da própria organização, uma vez que todo o processo produtivo, assim como a empresa, possuía uma hierarquia cujo topo – valor, poder e prestígio – era ocupado pelos atributos de gênero convencionalmente associados ao masculino (Veiga da Silva, 2014, p. 264).

É essencialmente relevante a observância das práticas jornalísticas desde a produção até a execução da notícia, assim como o gênero dos profissionais dentro da hierarquia do veículo, uma vez que todas essas situações atravessam a perspectiva de gênero nos *media*. A

subjetividade também é algo a ser ponderado na produção das notícias, uma vez que imbuídos de suas subjetividades as (os) jornalistas podem se colocar dentro de suas próprias narrativas.

A quarta análise diz respeito à codificação da notícia veiculada pelo site Poder e tem como título: “Vereadoras de Lábrea travam guerra pelo comando da Câmara”. O título da notícia reproduz o estigma da mulher que briga, que se descontrola, a mulher raivosa, uma vez que fala em travar guerra pelo poder. A chamada desacredita e desqualifica a violência sofrida pelas vereadoras quando fala em guerra e não em violência. O texto apresenta informações sobre o ocorrido dentro da Câmara, um dos parágrafos fala a respeito de um vídeo enviado ao site no qual uma das vereadoras da chapa que estava tentando concorrer relata a situação para as pessoas presentes. O texto também cita uma fala da Presidenta da Comissão da Mulher na Assembleia Legislativa do Amazonas – ALEAM, observando que a comissão será imparcial, no entanto, intransigente em relação aos direitos das mulheres. As pessoas das notícias foram mulheres e homens, apesar de mencionar falas, não houve fontes de notícias comuns ou especializadas. Não foi mencionada a correta tipificação da violência dentro da notícia, existem características de linguagem hegemônica e não estão presentes características de jornalismo na perspectiva de gênero. A autoria não está identificada.

Desde que comenzaron a proliferar 'en las primeras décadas del siglo XX, los medios de comunicación fueron instalándose en un lugar idealizado como garantes de "la Verdad". Al igual que el líder de masas, único propietario de la palabra, los medios de comunicación ocupan el lugar del ideal: "lo vi en la tele", "lo leí en el diario", son afirmaciones habituales que funcionan como garantía de verdad. Basta con que muchas personas invistan libidinalmente a un mismo objeto, lo ubiquen en el lugar del ideal del yo y se identifiquen entre sí para que se sometan y obedezcan a ese ideal, formando una estructura jerárquica estable y carente de libertad: una masa de autómatas que cumplen órdenes. (Merlin, 2019, p. 29-30)

A repercussão dos discursos hegemônicos pelos *media* tem relevante responsabilidade na manutenção e normalização das violências cometidas pela classe hegemônica como forma de repelir a classe dominada de dentro dos ambientes públicos. Ainda de acordo com a responsabilização da repercussão do discurso e da perpetuação de subjetivações hegemônicas:

Recordemos que la construcción del poder consiste esencialmente en el manejo del ejercicio de la palabra, en ocasiones silenciada, en otras distorsionada y a veces también descontextualizada. Como el Vivir Bien es una propuesta de una nueva sociedad, tiene que saber cambiar –en democracia- las lógicas hegemónicas del poder colonial, posibilitando la circulación de múltiples voces que buscan legitimar una nueva cultura y sociedad, la de la vida buena. (Contreras Baspineiro, 2014, p.29-30)

Dito isso, convém pensar que as notícias veiculadas, se produzidas de forma contra-hegemônica, serão vetores de transformação social e cultural, fraturando os consensos estabelecidos pela lógica dominante. Outro ponto a ser evidenciado é a ausência de autoria, dessa forma não se alça profissionalmente a pessoa que produziu a matéria, invisibilizando a (o) profissional.

A quinta análise diz respeito à codificação da notícia veiculada pelo site O Convergente e tem como título: “Sessão para escolha de presidente da Câmara de Lábrea tem tumulto, boicote a candidatura de chapa feminina e esvaziamento de plenário”. Assim como na análise anterior, o título da notícia já emprega linguagem inadequada, o que promove dubiedade acerca do acontecimento dentro da Câmara municipal e coloca um caso de violência como tumulto. O veículo não tipifica a violência sofrida pelas parlamentares no título ou no corpo do texto. Homens e mulheres foram as pessoas das notícias; apesar de reproduzir um trecho da fala de uma das vereadoras em um vídeo que foi enviado ao site, a notícia não tem fontes comuns ou especializadas para falar sobre o assunto. A autoria não está identificada, o que pode indicar adaptação do texto pelo site e a invisibilização da (o) profissional que escreveu a notícia.

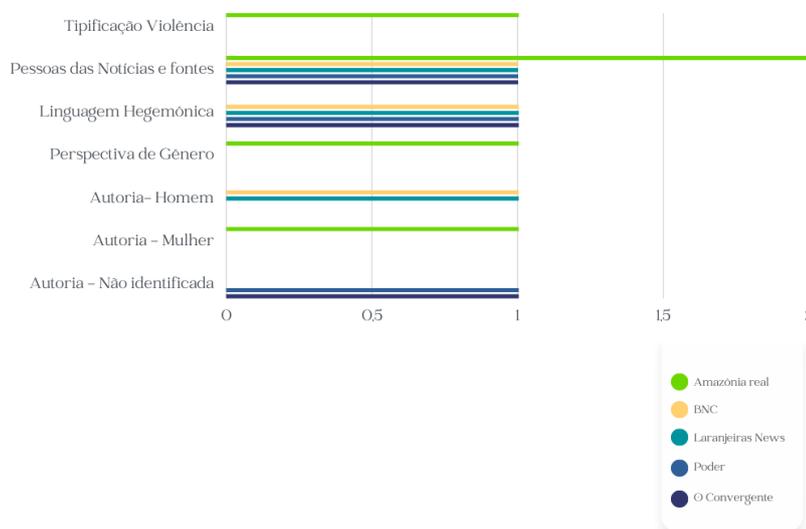
Acerca do formato produtivo da notícia concerne pensar:

De forma mais aprofundada, deve-se destacar ainda que nas mídias convencionais as temáticas sociais são tratadas a partir de um prisma masculinista, mantendo os homens no estatuto de sujeito universal. A perspectiva de gênero, então, pode ser contemplada em qualquer notícia no intuito de superar essa tendência. A abordagem dos fenômenos sociais sem uma perspectiva de gênero resulta na invisibilização dos impactos específicos e diferenciais na vida das mulheres. (Costa, 2018, p.133)

Para fazer e para pensar em um jornalismo combativo, alternativo e que empregue perspectiva de gênero em suas notícias é necessário vontade e coragem para ir de encontro à lógica dominante da veiculação de notícias onde o sujeito universal é masculino. No entanto, é essencial analisar o que deixa de ser abordado, o que deixa de ser mostrado e quais os impactos dessa invisibilização para as mulheres dentro do contexto social.

Abaixo estão os gráficos comparativos da presença ou não das notícias dentro das categorias já analisadas acima de acordo com a codificação realizada.

Gráfico 1 Comparativo de presença e codificação nas categorias



Fonte: A autora

De acordo com o gráfico acima, é possível perceber que o site Amazônia Real está presente nas categorias que estão vinculadas à prática do jornalismo contra-hegemônico e com indicativo de perspectiva de gênero, estando ausente exatamente daquela que é antítese da prática, a linguagem hegemônica, categoria na qual os demais veículos estão presentes. Dos demais sites analisados, todos estão inseridos dentro das categorias pessoas das notícias, no entanto, não trabalharam com fontes comuns ou especializadas, apresentando uma notícia mais factual ou pautada por release ou nota. Os quatro sites também estão presentes dentro da categoria linguagem hegemônica, uma vez que reproduzem estereótipos, banalizam a violência ao não a tipificar da forma correta e reproduzem a lógica hegemônica em suas notícias. Na categoria autoria é relevante perceber que a única jornalista que produziu a notícia está no Amazônia Real, os demais textos foram produzidos por homens e dois deles não tem identificação de autoria.

DISCUSSÃO

Diante do contexto observado na análise do *corpus* deste trabalho é possível perceber que o jornalismo tradicional e hegemônico ainda mantém uma dinâmica para noticiar fatos relacionados a mulheres. Dessa forma, produz e reproduz significados e signos para representar as mulheres dentro do contexto social. A universalização do masculino dentro da linguagem veiculada, como se o mundo fosse feito de homens e apenas de homens, a estereotipização da figura feminina, o fato de não nomear a violência política de gênero (para não jogar luz sobre as violências praticadas contra as mulheres), o fato de não problematizar essa violência, de utilizar palavras que descredibilizam essas mulheres dentro do contexto noticiado, e a reprodução de uma imagem “extremamente sensível” dessa mulher que habita o ambiente público, reforçam, de forma efetiva, a subjetivação da imagem feminina pelo imaginário social. Por meio dessas estratificações são reforçadas as formas de manutenção e controle social.

De acordo com Veiga da Silva (2010, p. 57) “O que está por trás, que usualmente não costumamos investigar, são os códigos simbólicos e os conhecimentos que orientam tais concepções e em geral continuam provocando desigualdades de gênero”. Em contraponto, a autora afirma que problematizar as anormalidades da cultura é um caminho possível para a construção do pensamento crítico acerca das relações de poder e como essa dinâmica se alimenta e se reproduz no contexto sociopolítico.

Concernente ao pensamento de Contreras Baspineiro (2014) a construção, a (des) construção e a (re) construção de sentidos de sociedade e cultura a partir da comunicação é uma ação entre sujeitos de um mesmo ambiente utilizando-se da língua e de expressões mútuas.

Mouff (2003, p.13) afirma que:

O que está em questão é a necessidade de reconhecer a dimensão de poder e antagonismo e seu caráter inerradicável. Postulando a existência da esfera pública, de onde o poder e o antagonismo teriam sido eliminados e onde um consenso racional teria sido realizado, o modelo dominante de política democrática nega essa dimensão e seu papel crucial na formação das identidades coletivas.

Dessa forma, a utilização política da linguagem e a problematização de práticas hegemônicas são cada vez mais necessárias para o jornalismo, sabendo que os *media* como

aparelhos privados de hegemonia abonam e normalizam o discurso que interessa à classe dominante.

Ainda, no que concerne à utilização política da linguagem, de acordo com Gramsci na história dos grupos subalternos é recorrente a resistência frente aos processos hegemônicos de forma que:

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação (Gramsci, 2017, p.135)

Dito isso, é cada vez mais necessário o pensamento crítico e político sobre os usos da linguagem pela mídia contra-hegemônica, seja como forma de resistência ou como forma de subversão ao sistema hegemônico que repetidamente instaura uma verdade calculada.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante da análise tecida a partir do *corpus* deste trabalho, é relevante apontar que a forma como a mulher está representada pela veiculação de notícias, em especial o caso de violência política de gênero analisado, ainda está alinhada à lógica hegemônica, seja na construção (pela ausência de autoria e de fontes), seja na narrativa (pela manutenção do discurso dominante), pelos estereótipos e pela revitimização. É imperativo citar que os sites que empregavam discurso hegemônico aceitavam publicidade em suas páginas, o que denota o caráter mais comercial do veículo e sugere descolamento com a imparcialidade ou contraposição em relação à classe dominante.

Cabe ressaltar que o discurso alternativo ou contra-hegemônico requer do veículo o posicionamento contestador e possível fratura com a classe dominante, uma vez que inverte a lógica proposta por essa classe. Dito isso, é relevante perceber que o site Amazônia Real se propôs a construir uma narrativa fidedigna ao acontecimento e para isso, não se pautou por notas ou por outros veículos, mas apurou os fatos com fontes e contextualizou informações

também com fontes especializadas. É imperativo destacar que o fato de ser uma iniciativa independente e não aceitar publicidade propicia ao Amazônia Real esse caráter contestador.

A ausência dessa contextualização e a banalização da violência sofrida (por quatro dos veículos analisados) transforma o acontecimento em algo corriqueiro, dando mais ênfase aos meios do que ao próprio fato em si, utilizando como pauta e fonte apenas uma nota de repúdio.

Por fim, é possível afirmar que na análise individual, assim como na análise comparativa, o site Amazônia Real foi o único que propiciou a representação da mulher dentro contexto do acontecimento utilizando uma narrativa contra-hegemônica e com características de perspectiva de gênero, os demais sites de notícias se utilizaram de narrativas carregadas de subjetividades inerentes ao discurso hegemônico para representação da mulher dentro do contexto do acontecimento, reforçando, dessa forma, a subjetivação não pertencimento à esfera pública.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13ª ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa. Portugal, 2011.

CONTRERAS BASPINEIRO, Adalid. **Sentimentos: da comunicação-desenvolvimento à comunicação para viver bem**. 2014.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo**. 2018. Mestrado (Programa de Pós- Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.

DE MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v. 4, n. 1, p. 54, 2010.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologias**. Saraiva Educação SA, 2001

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937 **Cadernos do cárcere, volume 1** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937 **Cadernos do cárcere, volume 5** [recurso eletrônico]: o risorgimento, notas sobre a história da Itália / tradução Luiz Sergio Henriques. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRAMSCI, Antonio; MANACORDA, Mario Alighiero. **L'alternativa pedagógica**. 1972.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Geaal, 2000

HALL, Stuart et. al. A produção social das notícias: o mugging nos media [p.224-247]. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.

MERLIN, Nora. Colonização da subjetividade e neoliberalismo. **Revista Gearte**, v. 6, n. 2, 2019.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia: controle social comparado**. Publisher Brasil, 2012.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 11-26, 2003

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. “Gender and political violence in Latin America”. **Política y gobierno**, v. 23, n. 1, p. 125-157, 2016

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: **Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, Anais, Florianópolis, 2010.